



Número: **0803657-35.2017.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **24/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 12825.0**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO
AUTOR	GILSON BARBOSA GREGORIO
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7501091	24/04/2017 10:26	<a href="#">SCAN 20170424 102536339</a>	Outros Documentos
7513112	24/04/2017 18:26	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
8277571	13/06/2017 17:01	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
8747947	17/07/2017 17:07	<a href="#">Petição</a>	Petição
8747980	17/07/2017 17:07	<a href="#">SCAN 20170717 170549914</a>	Outros Documentos
14512435	28/05/2018 16:44	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
16610923	16/09/2018 19:40	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
17850994	19/11/2018 21:05	<a href="#">Petição</a>	Petição
19337361	20/02/2019 14:17	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

JFV ADVOGADOS ASSOCIADOS	PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"
--------------------------------	-------------------------------------

Outorgante: Gilson Barroso Guigone

CPF nº 033.323.941-13, carteira de identidade nº 24.24.483

endereço: Rua Ubaldo Cavalcanti, Pôrto Alegre

Cidade: Pôrto Alegre, Estado: Paraná

**OUTORGADA:** A advogada JOSEANE FELICIANO, OAB/PB 13.030, com endereço profissional na Av. Camilo de Holanda, 475, Sala 102, Centro, João Pessoa, Paraíba.

**PODERES:** Amplos e ilimitados para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", na instância administrativa e/ou judicial, podendo propor contra quem de direito, a competente ação, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em Juízo ou fora dele, dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 24 de abril de 2017

Gilson Barroso Guigone  
OUTORGANTE

Segurança e da Defesa Social  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
1ª Superintendência Regional De Polícia Civil  
2ª Delegacia Seccional De Polícia Civil  
9ª Delegacia Distrital Da Capital



GOVERNO  
DA PARAIBA



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 09173.01.2016.1.02.009**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 09173.01.2016.1.02.009, cujo teor agora passe a transcrever na íntegra: Ao(s) 28 dias do mês de Julho de 2016, nesta cidade de João Pessoa, 9ª Delegacia Distrital Da Capital, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Civil Policial, **ALBERTO JORGE DINIZ E SILVA**, comigo, **DELCE REIS DE ALMEIDA**, Escrivão De Polícia, às 12:22 horas, compareceu **GILSON BARBOSA GRIGORIO**, nacionalidade BRASILEIRA, profissão MECANICO, naturalidade João Pessoa, data de nascimento 28 de Julho de 1979, idade 37, filiação **NOEMIA BARBOSA GRIGORIO** e **ANTONIO GRIGORIO NETO**, Documento - CPF: 033.323.974-19, residente RUA UBALDO COELHO CHIANCA, 126, Mangabeira, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (83) 98727-7839

**DADO(S) DO(S) FATO(S)**

Ocorrência 1:

Data/Hora do Fato: 07/07/16 13:30

Tipo do Local: VIA/LOCAL DE ACESSO PÚBLICO (RUA, PRAÇA, ETC)

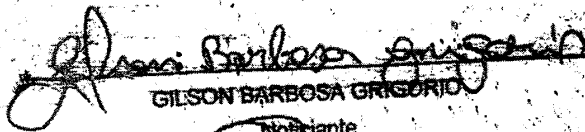
Local do Fato: [NÃO INFORMADO], João Pessoa - PB

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE NO DIA 07.07.2016 O NOTICIANTE VINHA CONDUZINDO A MOTO DE PLACA QFA-3279-PB DE PROPRIEDADE DE ALZEMEURY LIMA DE SOUZA NA PRINCIPAL DOS BANCÁRIOS EM FRENTE AO SUPERMERCADO TODO DIA QUANDO O MESMO PERDEU O CONTROLE DA CITADA MOTO VINDO AO SOLO E EM OCORRÊNCIA DA QUEDA FOI SOCORRIDO PARA O HOSPITAL DE EMERGÊNCIAS E TRAUMAS ONDE PASSOU POR PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS.

Nada mais havendo a declarar, foi certificado o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa (PB), 28 de Julho de 2016

  
GILSON BARBOSA GRIGORIO

Notificante

  
DELCE REIS DE ALMEIDA

Escrivão De Polícia

Procedimento: 09173.01.2016.1.02.009

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 GILSON BARBOSA GRIGÓRIO

DOCUMENTO / ORGÃO EMISSOR  
 2427783 SSP PB

CPF  
 033.323.974-19 DATA NASCIMENTO  
 28/07/1979

FUNÇÃO  
 ANTONIO GRIGÓRIO NETO

NOEMIA BARBOSA GRIGÓRIO

PROVAÇÃO  
 ACB CRIME  
 JS

Nº REGISTRO  
 02095645976

VALIDADEZ  
 03/08/2020

1ª EMISSÃO  
 07/12/2001

PROVAÇÃO  
 ACB CRIME  
 JS

LOCAL  
 JUCA PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
 04/08/2015

85783030370  
 28031106382

OSTRANS PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODAS  
 O DEPARTAMENTO NACIONAL  
 1152661474

PROVAÇÃO PLASTIFICADA  
 1152661474

**LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA**

NOME <i>Gulsim Barbosa Gurgônio</i>				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE <i>36a</i>	SEXO <i>M</i>	COR	CLÍNICA <i>Ortopedia</i>	ENF.	LEITO
DATA DE ADMISSÃO <i>07.07.2016</i>		DATA DE ALTA <i>13.07.2016</i>		TEMPO DE PERMANÊNCIA <i>06 dias</i>	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura do Rádio Distal esquerda</i>				CID <i>S52.5</i>	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					

PRINCIPAIS EXAMES <i>Rx de punho demonstrando solução de continuidade óssea de rádio distal</i>	
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA	
ANATOMIA PATOLÓGICA	
INFECÇÃO DE F.O. ( ) SIM (X) NÃO	COLETA DE MATERIAL ( ) SIM ( ) NÃO
RESULTADO BACTERIOLOGIA	
CONDIÇÕES DE ALTA: (X) MELHORADO ( ) REMOVIDO ( ) A PEDIDO ( ) CURADO ( )	ÓBITO

**RESUMO CLÍNICO** (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)  
 Paciente portador(a) de fratura de rádio distal foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução cruenta + fixação interna com placa e parafusos. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

**ORIENTAÇÕES PÓS ALTA**

**DIETA:** Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

**REPOUSO:**  
 Relativo em casa por 15 dias.  
 Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.  
 Retorno às atividades com esforço físico leve em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.

**CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:** Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

**MEDICAÇÕES PARA CASA:** *Vimovo ou Deocil*

**RETORNO:**  
 Ao posto de saúde em 21 dias.  
 Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão.

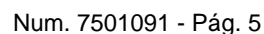
Dr. Alexandre Galvão  
 Ortopedia/Traumatologia  
 CRM 9128-PB SBOT 960

*13.07.2016*


DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DMI, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Atô DOCLASTORIO

	<b>Comunicação de Acidente de Trabalho</b>
<b>Número da CAT: 2016.271.673-7/01</b>	

**Informações do Emitente**

Emitente	1 - Empregador	Data Emissão	20/07/2016
Tipo de CAT	1 - Inicial	Comunicação Obito	
Filiação	1 - Empregado	E-mail	JAPESI@IG.COM.BR

**Informações do Empregador**

Razão Social/Nome	YPIRANGA COMERCIAL DE MOTOS LTDA - ME		
Tipo/Num. Doc	1 - CGC/CNPJ 043627210001-00	ENAE	45412
CEP	58040270	Endereço	R MARQUINHA RAMOS 615
Bairro	TORRE	Estado	PB
Município	JOAO PESSOA	Telefone	0083-98727783

**Informações do Acidentado**

Nome	GILSON BARBOSA GREGORIO	Data Nascimento	28/07/1979
Nome da Mãe	NOEMIA BARBOSA GREGORIO	Sexo	Masc
Grau de Instrução	7 - Ensino médio incompleto	Remuneração	1.130,40
Estado Civil	Solteiro	Identidade	2427783 Dt emissão: 09/01/01 UF: PB
CTPS	037744 Série: 00022 Dt emissão: UF: PB	Endereço	AV. PRES. CASTELO BRANCO, 451
PIS/PASEP/NIT	1264298844-4	CEP	58050000
Bairro	CJ CASTELO BRANCO	Município	JOAO PESSOA
Estado	PB	CBO	914405 - MECANICO DE MANUTENCAO DE AUTOMOVEIS, MOTOC
Telefone		Área	Urbana
Aposentado	Não		

**Informações do Acidente**

Data do Acidente	07/07/2016	Hora do Acidente	13:30
Horas Trabalhadas	04:00	Tipo	3 - Tráfego
Houve afastamento?	Sim	Reg. Policial	Não
Local do Acidente	1 - Estabelecimento da Empresa	Exp. Local	63FALTO
CGC da Prestadora	CNPJ -	UF do Acidente	PB
Município do Acidente	JOAO PESSOA	Último dia Trabalhado Dt Obito	07/07/2016
Parte do Corpo	75.50.10.600 - ANTEBRACO (ENTRE O FUNHO E O COTOVELO)		
Agente Causador	30.30.75.200 - MOTOCICLETA, MOTONETA		
Sit. Gerador	20.00.04.600 - IMPACTO DE PESSOA CONTRA OBJETO EM		
Morte	Não	Data Obito	

Local e Data

Assinatura e carimbo do emitente

**Informações do Atestado Médico**

Unidade	1 - TRAUMINHA	Data Atend.	07/07/2016
Hora Atend.	14:00	Houve Internação?	Sim
Deverá o acidentado afastar-se durante o tratamento?	Sim - 090 dia(s)		
Nat. Lesão	70.20.35.000 - FRATURA		
CID - 10	S52.5 - Fratura da extremidade distal do radio		
Observações	CRM	0000009128 - UF: PB	

Local e Data

Assinatura(\*) e carimbo (legível) do médico com CRM/UF

Cadastrada em 20/07/2016 às 16:26:17

\* A apresentação do atestado médico original, com as informações de identificação do médico assistente, substitui o preenchimento deste campo.

A impressão desta CAT deverá ser apresentada juntamente com o(s) documento(s) original(is) referente(s) ao Segurado, para requerer o benefício acidentário junto à Agência da Previdência Social.



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Regional de Mangabeira**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803657-35.2017.8.15.2003

**DESPACHO**

Vistos.

Compulsando os autos verifico que não consta no processo, requerimento administrativo formulado ao Seguro DPVAT, condição que entendo necessária à demonstração do interesse de agir da parte autora, uma vez que, a princípio, não vislumbro pretensão resistida da Ré. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº. 839.353/MA, de relatoria do Ministro Luiz Fux, firmou o entendimento, no sentido de que é necessário o prévio requerimento administrativo do Seguro DPVAT, como condição para o estabelecimento do exercício do direito de ação, compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da CF, *in verbis*:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Extraordinário 839.353 - Maranhão. Relator Min. Luiz Fux. Publicado no DJE nº 26, divulgado em 06/02/2015).

Desse modo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, emende a inicial, apresentando a prova da negativa do pedido administrativo de DPVAT feito à seguradora, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

P. I. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 24 de abril de 2017.

Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Regional de Mangabeira**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803657-35.2017.8.15.2003

**DESPACHO**

Vistos.

Compulsando os autos verifico que não consta no processo, requerimento administrativo formulado ao Seguro DPVAT, condição que entendo necessária à demonstração do interesse de agir da parte autora, uma vez que, a princípio, não vislumbro pretensão resistida da Ré. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº. 839.353/MA, de relatoria do Ministro Luiz Fux, firmou o entendimento, no sentido de que é necessário o prévio requerimento administrativo do Seguro DPVAT, como condição para o estabelecimento do exercício do direito de ação, compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da CF, *in verbis*:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Extraordinário 839.353 - Maranhão. Relator Min. Luiz Fux. Publicado no DJE nº 26, divulgado em 06/02/2015).

Desse modo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, emende a inicial, apresentando a prova da negativa do pedido administrativo de DPVAT feito à seguradora, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

P. I. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 24 de abril de 2017.

Juiz(a) de Direito

**EXMO SR. DR. JUIZ DA 1º VARA REGIONAL DE MANGABEIRA – JUIZADO ESPECIAL –  
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA.**

**Proc.:** 0803657-35.2017.8.15.2003

**Gilson Barbosa Grigorio**, já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem por meio de seu advogado expor e requerer o que se segue:

1- juntada de pedido administrativo, após o pedido a seguradora não deu nenhuma posição a mais de um ano.

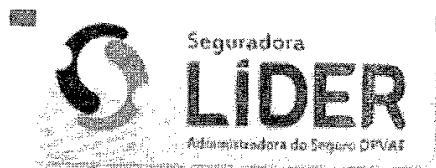
Pede deferimento,

João Pessoa PB, 15 de julho de 2017.

**JOSEANE FELICIANO**

**OAB/PB 13.030**





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### **SINISTRO 3160634134 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** GILSON BARBOSA GREGORIO

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** SEGURADORA LIDER  
DPVAT - REGULAÇÃO

**BENEFICIÁRIO** GILSON BARBOSA GREGORIO

**CPF/CNPJ:** 03332397419

**Posição em 17-07-2017 16:59:43**

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

---

**PROCESSO NÚMERO - 0803657-35.2017.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: GILSON BARBOSA GREGORIO**

Advogado do(a) AUTOR: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - PB0013030

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Advogado do(a) RÉU:

---

**DESPACHO**

Vistos.

Em consulta ao sitio da Seguradora Líder, obteve-se a informação de que o pagamento administrativo fora deferido, a saber:

**SINISTRO 3160634134 - Resultado de consulta por beneficiário**

---

**VÍTIMA** GILSON BARBOSA GREGORIO

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**

SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO

**BENEFICIÁRIO** GILSON BARBOSA GREGORIO

**CPF/CNPJ:** 03332397419

**Posição em 28-05-2018 16:39:39**

Fizemos uma tentativa de liberação do pagamento, porém o crédito foi rejeitado pelo banco devido à inconsistência nos dados bancários fornecidos, conforme carta abaixo enviada para seu endereço. Por gentileza, entregue uma nova autorização de pagamento no local onde seu pedido de indenização foi aberto para dar continuidade ao processo. [clique aqui](#) para imprimir o formulário.

Sendo assim, em observância ao disposto no art. 10 do CPC, intime-se a parte autora para se manifestar em cinco dias.

P. I. Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

---

**PROCESSO NÚMERO - 0803657-35.2017.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: GILSON BARBOSA GREGORIO**

Advogado do(a) AUTOR: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - PB0013030

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Advogado do(a) RÉU:

---

**DESPACHO**

Vistos.

Em consulta ao sitio da Seguradora Líder, obteve-se a informação de que o pagamento administrativo fora deferido, a saber:

**SINISTRO 3160634134 - Resultado de consulta por beneficiário**

---

**VÍTIMA** GILSON BARBOSA GREGORIO

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**

SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO

**BENEFICIÁRIO** GILSON BARBOSA GREGORIO

**CPF/CNPJ:** 03332397419

**Posição em 28-05-2018 16:39:39**

Fizemos uma tentativa de liberação do pagamento, porém o crédito foi rejeitado pelo banco devido à inconsistência nos dados bancários fornecidos, conforme carta abaixo enviada para seu endereço. Por gentileza, entregue uma nova autorização de pagamento no local onde seu pedido de indenização foi aberto para dar continuidade ao processo. [clique aqui](#) para imprimir o formulário.

Sendo assim, em observância ao disposto no art. 10 do CPC, intime-se a parte autora para se manifestar em cinco dias.

P. I. Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA 1ª VARA DE  
MANGABEIRA NESTA CAPITAL/PB

Processo nº. 08036573520178152003

Recorrente: GILSON BARBOSA GREGORIO

**GILSON BARBOSA GREGORIO**, já qualificado nos autos do processo, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por sua procuradora infra-assinada, que já foram feitas várias tentativas de reprogramação de pagamento, e a seguradora nunca pagou o valor que a mesma através de perícia administrativa manifestou, no entanto, solicito eu este juízo intime a mesma para fazer o pagamento através de ALVARA JUDICIAL.

Espera Deferimento

Sapé/PB, 19 de novembro de 2018.

JOSEANE FELICIANO

OAB/B 13030



---

**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

**PROCESSO NÚMERO - 0803657-35.2017.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR:** GILSON BARBOSA GREGORIO

Advogado do(a) AUTOR: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - PB13030

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU:

---

## DESPACHO

Vistos.

Acerca da petição Id 17850994, diga a parte promovida em dez (10) dias.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**